



**CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO — CLASSE A, PADRÃO I**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, ou quanto aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
**A sorte favorece a mente bem preparada.**  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.
- 7** Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.

Aplicação 2014



PROVA OBJETIVA

NÍVEL  
INTERMEDIÁRIO

TURNO: TARDE

**OBSERVAÇÕES**

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Acho que, se eu não fosse tão covarde, o mundo seria  
um lugar melhor. Não que a melhora do mundo dependa de  
uma só pessoa, mas, se o medo não fosse constante, as pessoas  
4 se uniriam mais e incendiariam de entusiasmo a humanidade.  
Mas o que vejo no espelho é um homem abatido diante das  
atrocidades que afetam os menos favorecidos.

7 Se tivesse coragem, não aceitaria crianças passarem  
fome, frio e abandono. Elas nos assustam com armas nos  
semáforos, pedem esmolas, são amontoadas em escolas que  
10 não ensinam, e, por mais que chorem, somos imunes a essas lágrimas.

13 Sou um covarde diante da violência contra a mulher,  
do homem contra o homem. E porque os índios estão tão longe  
da minha aldeia e suas flechas não atingem meus olhos nem o  
coração, não me importa que tirem suas terras, sua alma.  
Analfabeto de solidariedade, não sei ler sinais de fumaça. Se  
16 tivesse um nome indígena, seria “cachorro medroso”. Se fosse  
o tal ser humano forte que alardeio, não aceitaria famílias sem  
terem onde morar.

Sérgio Vaz. *Antes que seja tarde*. In: *Caros Amigos*, mai./2013, p. 8 (com adaptações).

Com base na leitura do texto, julgue os itens seguintes.

- 1 A supressão das vírgulas que isolam a oração “se o medo não fosse constante” (ℓ.3) não afetaria a correção gramatical do texto. **JUSTIFICATIVA – Como as referidas vírgulas marcam a intercalação da oração subordinada adverbial, “se o medo não fosse constante”, que se antecipa à principal, ela é obrigatória e sua supressão afetaria a correção gramatical do texto.**
- 2 A coerência e a coesão do texto não seriam prejudicadas se o trecho “se o medo não fosse constante, as pessoas (...) a humanidade.” (ℓ.3-4) fosse reescrito da seguinte forma: se o medo não for constante, as pessoas se unirão mais e incendiarão de entusiasmo a humanidade. **JUSTIFICATIVA – Não seriam prejudicadas a coerência e a coesão do texto se a oração “se o medo não fosse constante, as pessoas (...) humanidade” fosse reescrita como “se o medo não for constante, as pessoas se unirão e incendiarão de entusiasmo a humanidade”, pois será mantida a correta correlação entre os tempos verbais: originalmente, imperfeito do subjuntivo com futuro do pretérito do indicativo; na proposta apresentada, futuro do subjuntivo com futuro do presente do indicativo.**
- 3 O verbo **alardear**, em “Se fosse o tal ser humano forte que alardeio” (ℓ.16-17), está empregado no sentido de **vangloriar-se, gabar-se**. **JUSTIFICATIVA – O autor usa a palavra “alardear” no sentido de revelar, de deixar transparecer, mostrar-se.**
- 4 Infere-se do texto que as mazelas que assolam o mundo se devem às desigualdades sociais. **JUSTIFICATIVA – O texto trata as mazelas sociais como consequência da falta de atitude, do comodismo, da inação, do individualismo.**

1 Embora não tivessem ficado claras as fontes geradoras  
de quebras da paz urbana, o fenômeno social marcado pelos  
movimentos populares que tomaram as ruas das grandes  
4 cidades brasileiras, em 2013, parecia tendente a se agravar.

7 As vítimas das agressões pessoais viram desprotegidas  
a paz e a segurança, direitos sagrados da cidadania. Todos  
foram prejudicados.

10 Pôde-se constatar que, em outras partes do mundo,  
fenômenos sociais semelhantes também ocorreram. Lá como  
cá, diferentes tipos de ação atingiram todo o grupo social,  
gerando vítimas e danos materiais. Nem sempre a intervenção  
das forças do Estado foi suficiente para evitar prejuízos.

13 Do ponto de vista global, notou-se que a quebra da  
ordem foi provocada em situações diversas e ora tornou mais  
graves as distorções do direito, ora espalhou a insegurança  
coletivamente. Em qualquer das hipóteses, a população dos  
16 vários locais atingidos viu-se envolvida em perdas crescentes.

Internet: <www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto, julgue os itens de 5 a 10.

- 5 Depreende-se das ideias do primeiro parágrafo do texto que a identificação da origem do fenômeno social representado pelos movimentos sociais ocorridos em 2013 seria suficiente para evitar que eles se agravassem. **JUSTIFICATIVA – Depreende-se do primeiro parágrafo que, claras ou não as fontes geradoras dos movimentos populares, o fenômeno social que eles representavam tendia a se agravar. Nada se afirma em relação à identificação da origem do fenômeno social para evitar o agravamento da situação. Ao contrário, a oração subordinada que introduz o parágrafo, por ser concessiva, denota ideia que não impede a ocorrência do que se afirma na oração principal.**
- 6 Na linha 13, a partícula “se” é empregada para indeterminar o sujeito. **JUSTIFICATIVA – Em “..., notou-se que a quebra da ordem...”, o termo “se” é pronome apassivador, visto que a oração está na voz passiva pronominal, sendo o sujeito oracional.**
- 7 Por meio do termo “hipóteses” (ℓ.16), são retomadas as ideias dos trechos “tornou mais graves as distorções do direito” (ℓ.14-15) e “espalhou a insegurança coletivamente” (ℓ.15-16). **JUSTIFICATIVA – O termo “hipóteses” retoma os casos de perdas da população decorrentes de quebra da ordem, mencionados no período imediatamente anterior: agravamento das distorções do direito e disseminação da insegurança (“tornou mais graves as distorções do direito” e “espalhou a insegurança coletivamente”).**

- 8 A correção gramatical bem como as informações originais do texto seriam mantidas caso o período “As vítimas das agressões pessoais viram desprotegidas a paz e a segurança, direitos sagrados da cidadania.” (ℓ.5-6) fosse reescrito da seguinte forma: As pessoas agredidas viram-se desprotegidas em sua paz e segurança — prerrogativas legais consagradas da cidadania. **JUSTIFICATIVA** – A proposta de reescrita não mantém as informações originais do texto, dada a substituição de “viram desprotegidas a paz e a segurança” por viram-se desprotegidas em sua paz e segurança. De acordo com o sentido original, as prerrogativas legais consagradas da cidadania são a paz e a segurança de todos e não de algumas pessoas somente, como se propõe na reescrita.
- 9 Sem prejuízo para o sentido e a correção gramatical do texto, o trecho “Pôde-se constatar (...) ocorreram.” (ℓ.8-9) poderia ser assim reescrito: Supôs-se que também ocorreu, em outros países do mundo, movimentos sociais análogos. **JUSTIFICATIVA** – A proposta de reescrita prejudica o sentido e a correção gramatical do texto. A substituição de “Pôde-se constatar” por “supôs-se” alter substancialmente o sentido original, visto que constatar significa verificar, atestar, e supor significa achar, admitir hipoteticamente. Na proposta de reescrita, também há prejuízo da concordância verbal padrão, visto que a forma verbal “ocorreu” não concorda em número com o sujeito da oração, “movimentos sociais análogos”.
- 10 Os termos “Lá” (ℓ.9) e “cá” (ℓ.10) são utilizados como recursos para expressar circunstância de lugar, o primeiro referindo-se a “outras partes do mundo” (ℓ.8) e o segundo, ao Brasil. **JUSTIFICATIVA** – “Lá” e “cá” são dêiticos, usados como recursos coesivos adverbiais que expressam circunstância de lugar, o primeiro referindo-se a “outras partes do mundo” e o segundo, ao Brasil.

À luz das orientações constantes no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir.

- 11 A obrigatoriedade do uso do padrão culto da língua e o requisito de impessoalidade são incompatíveis com o emprego da linguagem técnica nas comunicações oficiais. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o MRPR, os textos oficiais, por terem caráter impessoal, devem ser redigidos em conformidade com o padrão culto da língua, o que não invalida o emprego da linguagem técnica, que pode ser usada, comedidamente, em situações que o exijam.
- 12 Admite-se o registro de impressões pessoais na redação oficial, desde que o assunto seja de interesse público e expresso em linguagem formal. **JUSTIFICATIVA** – Segundo o Manual de Redação da Presidência da República (item 1.1), “não há lugar na redação oficial para impressões pessoais”. Isso se dá independentemente do caráter impessoal do assunto, que deve referir-se ao interesse público, e da natureza objetiva e formal da comunicação.
- 13 A concisão, que consiste no respeito ao princípio da economia linguística, é uma característica fundamental em telegramas, modalidade dispendiosa de comunicação. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o MRPR (itens 1.4 e 6.1), a concisão atende ao princípio da economia linguística e deve pautar a redação dos telegramas, pois estes têm custo elevado.

Julgue os itens subsequentes, a respeito do padrão ofício em comunicações oficiais, conforme o Manual de Redação da Presidência da República.

- 14 O fecho Respeitosamente não é empregado no aviso; o fecho Atenciosamente é empregado tanto no aviso quanto no ofício. **JUSTIFICATIVA** – Como o aviso é expedido exclusivamente por ministros de Estado para autoridades de mesma hierarquia, o fecho deve ser “Atenciosamente”. E, por ser expedido para e pelas demais autoridades, independentemente da hierarquia, os fechos do ofício podem alternar-se entre “Atenciosamente” e “Respeitosamente”.
- 15 No memorando, dispensa-se o vocativo, que deve, contudo, constar no aviso e no ofício. **JUSTIFICATIVA** – Conforme o MRPR, aviso e ofício seguem o modelo do padrão ofício, com acréscimo de vocativo. No memorando, não consta vocativo, e o destinatário é mencionado pelo cargo que ocupa.

No que diz respeito aos sistemas operacionais Windows e Linux, julgue os próximos itens.

- 16 No ambiente Linux, é possível utilizar comandos para copiar arquivos de um diretório para um *pen drive*. **JUSTIFICATIVA** – No ambiente Linux, é permitida a execução de vários comandos por meio de um console. O comando “cp” é utilizado para copiar arquivos entre diretórios e arquivos para dispositivos.
- 17 No Windows, não há possibilidade de o usuário interagir com o sistema operacional por meio de uma tela de computador sensível ao toque. **JUSTIFICATIVA** – Nas versões mais recentes do Windows, existe este recurso. Para usá-lo há a necessidade de que a tela seja sensível ao toque.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos programas de navegação Microsoft Internet Explorer e Mozilla Firefox.

- 18 Nas versões recentes do Mozilla Firefox, há um recurso que mantém o histórico de atualizações instaladas, no qual são mostrados detalhes como a data da instalação e o usuário que executou a operação. **JUSTIFICATIVA** – Esse recurso existe nas últimas versões do Firefox, contudo o histórico não contém o usuário que executou a operação. Este recurso está disponível no menu Firefox - Opções - Avançado - Atualizações - Histórico de atualizações.
- 19 No Internet Explorer 10, por meio da opção Sites Sugeridos, o usuário pode registrar os sítios que considera mais importantes e recomendá-los aos seus amigos. **JUSTIFICATIVA** - O recurso Sites Sugeridos é um serviço *online* que o Internet Explorer usa para recomendar sítios de que o usuário possa gostar, com base nos sítios visitados com frequência. Para acessá-lo, basta clicar o menu Ferramentas - Arquivo - Sites Sugeridos.

Acerca dos conceitos de organização, gerenciamento de arquivos e segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 20 Um dos objetivos da segurança da informação é manter a integridade dos dados, evitando-se que eles sejam apagados ou alterados sem autorização de seu proprietário. **JUSTIFICATIVA** - A integridade de dados refere-se à consistência dos dados. A segurança da informação visa protegê-la, garantindo que esses dados não sejam apagados ou alterados por terceiros.
- 21 Um arquivo sem conteúdo pode ser criado e armazenado no disco rígido de um computador, desde que seja nomeado no momento da criação. **JUSTIFICATIVA** – É permitido criar arquivos sem qualquer conteúdo, sendo exigido, apenas, fornecer um nome para o arquivo. Nesse caso, o arquivo apresentará tamanho 0 Kb.

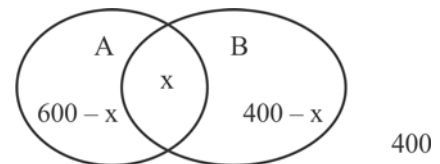
Considerando que P seja a proposição “Não basta à mulher de César ser honesta, ela precisa parecer honesta”, julgue os itens seguintes, acerca da lógica sentencial.

- 22 A negação da proposição P está corretamente expressa por “Basta à mulher de César ser honesta, ela não precisa parecer honesta”. **JUSTIFICATIVA** – Denotando por p e q, respectivamente, as proposições “não basta à mulher de César ser honesta” e “a mulher de César precisa parecer honesta”, a proposição P pode ser expressa por  $p \wedge q$ , ao passo que proposição do item é  $\sim p \wedge \sim q$ . No caso em que p é verdadeira e q é falsa, tanto a proposição P quanto a proposição do item são falsas, de modo que uma não nega a outra.
- 23 Se a proposição “Basta à mulher de César ser honesta” for falsa e a proposição “A mulher de César precisa parecer honesta” for verdadeira, então a proposição P será verdadeira. **JUSTIFICATIVA** – A proposição P pode ser expressa por  $p \wedge q$ , em que p e q são, respectivamente, as proposições “não basta à mulher de César ser honesta” e “a mulher de César precisa parecer honesta”. De acordo com as hipóteses do item, p e q são verdadeiras, de modo que também o é a proposição P:  $p \wedge q$ .
- 24 Se a proposição “A mulher de César é honesta” for falsa e a proposição “A mulher de César parece honesta” for verdadeira, então a proposição P será verdadeira. **JUSTIFICATIVA** – Não é possível expressar a proposição P (que é centrada nos verbos “basta” e “precisar”) por causa das proposições dadas no item (que são centradas nos verbos ser e parecer). Assim, não é possível valorar a proposição P com base nos valores lógicos das proposições dadas no item.
- 25 A negação da proposição P está corretamente expressa por “Basta à mulher de César ser honesta ou ela não precisa parecer honesta”. **JUSTIFICATIVA** – Notando-se que a proposição P pode ser expressa por  $p \wedge q$ , em que p e q são, respectivamente, as proposições “não basta à mulher de César ser honesta” e “a mulher de César precisa parecer honesta”, pode-se aplicar uma regra de De Morgan para obter sua negação:  $\sim(p \wedge q)$  ou  $\sim p \vee \sim q$ .

A partir de uma amostra de 1.200 candidatos a cargos em determinado concurso, verificou-se que 600 deles se inscreveram para o cargo A, 400 se inscreveram para o cargo B e 400, para cargos distintos de A e de B. Alguns que se inscreveram para o cargo A também se inscreveram para o cargo B.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

- 26 Selecionando-se ao acaso dois candidatos entre os 1.200, a probabilidade de que ambos tenham-se inscrito no concurso para o cargo A ou para o cargo B é superior a 1/6. **JUSTIFICATIVA** – Os dois candidatos devem estar em A, mas não em B, ou ambos em B, mas não em A, ou ainda ambos simultaneamente em A e B. Assim, a probabilidade é  $(400 \cdot 399) / (1200 \cdot 1199) + (200 \cdot 199) / (1200 \cdot 1199) + (200 \cdot 199) / (1200 \cdot 1199) = (400 \cdot 399) / (1200 \cdot 1199) + (400 \cdot 199) / (1200 \cdot 1199) = (400 \cdot 598) / (1200 \cdot 1199) = (1/3) \cdot (598/1199) < (1/3) \cdot (1/2) = 1/6$ .
- 27 Menos de 180 candidatos se inscreveram no concurso para os cargos A e B. **JUSTIFICATIVA** – O diagrama a seguir ilustra a situação do texto:



Obtém-se a seguinte equação do diagrama:  
 $600 - x + x + 400 - x + 400 = 1200$ ,  
 cuja solução é  $x = 200$ .

A Organização das Nações Unidas (ONU) fez, no final do ano de 2013, um apelo recorde para operações de ajuda humanitária em dezessete países em 2014. Metade do dinheiro, cerca de 6,5 bilhões de dólares, será destinada a socorrer 16 milhões de sírios afetados pela guerra civil que já dura quase três anos.

O Globo, 17/12/2013, p. 27 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que ele suscita, julgue os itens subseqüentes.

- 28 A guerra civil a que o texto se refere faz retornar o clima elevado de tensão no Oriente Médio, região pacificada desde a instalação plena do Estado da Palestina. **JUSTIFICATIVA** – A região não está pacificada nem o Estado da Palestina existe oficialmente.
- 29 A ONU, criada após a Segunda Guerra Mundial, tem por finalidade principal a manutenção da paz e da segurança internacional. **JUSTIFICATIVA** – É o que está registrado na Carta das Nações Unidas como finalidade principal da ONU, aprovada em outubro de 1945, na Conferência de São Francisco.
- 30 Entre as agências especializadas da ONU que atuam em escala global incluem-se as voltadas para a saúde (OMS), para a agricultura e alimentação (FAO) e para a educação, ciência e cultura (UNESCO). **JUSTIFICATIVA** – Essas agências representam a atuação da ONU no sentido de reduzir a pobreza, as desigualdades, a fome, o analfabetismo, entre outros aspectos.
- 31 Diversas organizações não governamentais dedicam-se ao trabalho humanitário em âmbito mundial, a exemplo da Cruz Vermelha Internacional. **JUSTIFICATIVA** – Além da Cruz Vermelha Internacional, poder-se-ia falar, por exemplo, nos Médicos Sem Fronteira.

Segundo a Pesquisa Nacional de Vitimização, a parte da população afetada pela violência é maior do que se poderia imaginar. Um em cada cinco brasileiros que vivem nas cidades com mais de 15 mil habitantes foi vítima de uma ação criminosa — agressão, sequestro, fraude, ofensas sexuais, discriminação, furto e roubo — no período de doze meses abrangido pela pesquisa. A porcentagem da população vítima desses vários tipos de ocorrência varia muito de estado para estado.

O Estado de S.Paulo, 17/12/2013, p. A3 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema que ele focaliza, julgue os itens que se seguem.

- 32 Nos centros urbanos do Brasil, especialmente nos de maior dimensão demográfica, a ação das facções criminosas contribui decisivamente para o aumento dos índices de violência. **JUSTIFICATIVA – Isso é consensualmente aceito, sobretudo em relação ao narcotráfico.**
- 33 A ação de organismos multilaterais, como a ONU e o Tribunal Penal Internacional, contribuiu consideravelmente para a redução da ação do crime organizado em escala global, especialmente o relacionado ao tráfico de drogas ilícitas e à lavagem de dinheiro. **JUSTIFICATIVA – Cada vez mais forte, o crime organizado age em escala global e, não raro, envolve em suas teias representantes do poder público nos mais diversos países.**
- 34 O fortalecimento das ações na área de segurança nos estados brasileiros deveu-se à fusão das polícias civil e militar, ocorrida em 2012, mediante a aprovação de emenda constitucional. **JUSTIFICATIVA – Essa emenda constitucional não existe, e as polícias continuam separadas.**

Considerando que o DPF é órgão responsável por exercer as funções de polícia judiciária da União, julgue os itens a seguir.

- 35 Os atos praticados pelos servidores do DPF estão sujeitos ao controle ministerial, mas não ao do Tribunal de Contas da União, que é órgão auxiliar do Congresso Nacional, ao qual compete julgar apenas os atos do presidente da República e demais agentes políticos. **JUSTIFICATIVA – Ao Tribunal de Contas da União compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público, conforme previsto no art. 71 da Constituição. Portanto, os atos praticados pelos servidores do Departamento de Polícia Federal estão sujeitos também ao controle do Tribunal de Contas da União.**

- 36 O DPF, em razão do exercício das atribuições de polícia judiciária, não se submete ao princípio da publicidade, sendo garantido sigilo aos atos praticados pelo órgão. **JUSTIFICATIVA – Confira-se o disposto na CF:**

“Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

(...)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

(...)

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

(...)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

O princípio da publicidade somente poderá ser restringido quando o sigilo seja necessário para a segurança da sociedade, conforme art. 5.º, XXXIII da CF.”

A publicidade dos atos da administração pública é um direito subjetivo de cada cidadão, que somente poderá ser restringido nas hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (CF, art. 5.º, XXXIII) ou à defesa da intimidade alheia (CF, art. 5.º, X e LX).

- 37 A instituição de órgão próprio para exercer as atribuições de polícia judiciária no âmbito da União é exemplo de descentralização administrativa. **JUSTIFICATIVA – A descentralização administrativa é a distribuição de competências de uma para outra pessoa jurídica. A distribuição de competências dentro de um mesmo órgão caracteriza a denominada desconcentração administrativa.**

Considere que, durante uma operação policial, uma viatura do DPF colida com um carro de propriedade particular estacionado em via pública. Nessa situação,

- 38 a administração responderá pelos danos causados ao veículo particular, ainda que se comprove que o motorista da viatura policial dirigia de forma diligente e prudente. **JUSTIFICATIVA – CF art. 37, § 6.º: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.**

Julgue os próximos itens, a respeito do processo de licitação.

- 39 Em razão do princípio da eficiência, é possível, mediante licitação, a contratação de empresa que não tenha apresentado toda a documentação de habilitação exigida, desde que a proposta seja a mais vantajosa para a administração. **JUSTIFICATIVA** – O princípio da eficiência deve sempre submeter-se ao princípio da legalidade, isto é, nunca poderá justificar-se a atuação administrativa contrária ao direito, por mais que possa ser elogiado em termos de pura eficiência.
- 40 Considere que determinado órgão da administração pública pretenda adquirir equipamentos de informática no valor de R\$ 5.000,00. Nesse caso, o referido órgão tem a opção discricionária de realizar licitação ou proceder à aquisição direta mediante dispensa de licitação, em razão do baixo valor dos equipamentos. **JUSTIFICATIVA** – Permite-se a dispensa de licitação para as compras e serviços de valor até R\$ 8.000,00, conforme a Lei n.º 8.666/1993.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos atos administrativos e poderes da administração.

- 41 O poder para a instauração de processo administrativo disciplinar e aplicação da respectiva penalidade decorre do poder de polícia da administração. **JUSTIFICATIVA** – O poder de controlar a atividade dos órgãos inferiores e aplicar penalidades em caso de infrações disciplinares decorre do poder hierárquico. Confira-se o disposto no Código Tributário Nacional:  
“Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”
- 42 Há presunção de legitimidade e veracidade nos atos praticados pela administração durante processo de licitação. **JUSTIFICATIVA** – A presunção de legalidade e veracidade está presente em todos os atos praticados pela administração, ao passo que a autoexecutoriedade somente existirá quando expressamente prevista em lei ou quando se tratar de medida urgente que, caso não seja adotada de imediato, possa ocasionar prejuízo maior ao interesse público.

No que concerne ao conceito de Constituição, julgue o item abaixo.

- 43 Constituição, em sua acepção formal, corresponde ao documento solene que disciplina as normas superiores elaboradas por um processo constituinte específico, sendo as normas integrantes da Constituição Federal de 1988 (CF) caracterizadas como formalmente e materialmente constitucionais. **JUSTIFICATIVA** – Nem todas as normas integrantes da CF possuem conteúdo materialmente constitucional.  
A propósito da diferença entre constituição em sentido material e em sentido formal, a literatura da área considera que, do ponto de vista material, o que vai importar para definirmos se uma norma tem caráter constitucional ou não será o seu conteúdo, pouco importando a forma pela qual foi aquela norma introduzida no ordenamento jurídico. Assim, constitucional será aquela norma que defina e trate das regras estruturais da sociedade, de seus alicerces fundamentais (formas de Estado, governo, seus órgãos etc). Por outro lado, quando nos valem do critério formal, não mais nos interessará o conteúdo da norma, mas, sim, a forma como ela foi introduzida no ordenamento jurídico. Nesse sentido, as normas constitucionais serão aquelas introduzidas pelo poder soberano, por meio de um processo legislativo mais dificultoso, diferenciado e mais solene do que o processo legislativo de formação das demais normas do ordenamento.

Acerca das disposições constitucionais relativas à segurança pública, julgue os itens a seguir.

- 44 Na hipótese da ocorrência de crime contra o patrimônio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, compete à Polícia Federal apurar a infração penal. **JUSTIFICATIVA** – A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é empresa pública federal e, de acordo com o inciso I do § 1.º do art. 144 da CF, a Polícia Federal destina-se a apurar infrações praticadas em detrimento de bens da União e de suas empresas públicas. Ver: “Art. 144 (...)”  
§ 1.º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:  
I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.”
- 45 A Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal são órgãos destinados ao exercício da segurança pública no Brasil. **JUSTIFICATIVA** – A Força Nacional de Segurança Pública não é órgão e não integra o rol taxativo constante no art. 144, *caput*, da CF *in verbis*:  
“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
I - polícia federal;  
II - polícia rodoviária federal;  
III - polícia ferroviária federal;  
IV - polícias civis;  
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.”

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

46 O terrorismo, o racismo, a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são crimes hediondos, inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia. **JUSTIFICATIVA – O crime de racismo, apesar de inafiançável, não apresenta restrição constitucional quanto à concessão de graça ou anistia. Ver os incisos XLII e XLIII do art. 5.º da CF:**

“Art. 5.º (...)

XLII -a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; XLIII -a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.”

47 Considere que uma criança tenha nascido nos Estados Unidos da América (EUA) e seja filha de pai americano e de mãe brasileira, que trabalhava, à época do parto, na embaixada brasileira nos EUA. Nesse caso, a criança somente será considerada brasileira nata se for registrada na repartição brasileira competente nos EUA. **JUSTIFICATIVA – Se a criança for nascida no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira que esteja a serviço da República Federativa do Brasil, ela será considerada brasileira nata, independentemente de registro na repartição brasileira competente. O referido registro só é imprescindível na hipótese de criança nascida no estrangeiro, filha de pai brasileiro ou mãe brasileira que não esteja a serviço do país. Ver o teor do art. 12, inciso I, alíneas “b” e “c” da CF:**

“Art. 12. São brasileiros: I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 54, de 2007).”

A respeito da organização político-administrativa brasileira, da administração pública e do Poder Executivo, julgue os itens subsequentes.

48 De acordo com a CF, a prática de ato de improbidade administrativa por agente público implica a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, sem prejuízo da ação penal cabível. **JUSTIFICATIVA - Veja-se o teor do § 4.º do art. 37 da CF:**

“Art. 37 (...)

§ 4.º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”

49 A União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios compõem a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, cabendo aos municípios promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante, por exemplo, planejamento e controle do parcelamento do solo urbano. **JUSTIFICATIVA - Ver, a propósito, o teor do art. 18 e do § 4.º do art. 31 da CF:**

“Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

(...)

Art. 30 (...)

VIII -promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.”

50 Compete privativamente ao presidente da República a concessão de indulto, podendo essa competência, entretanto, ser delegada a outras autoridades, como, por exemplo, a ministro de Estado. **JUSTIFICATIVA - Ver o teor do inciso XII do art. 84 da CF e de seu parágrafo único:**

“Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (...)

XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

(...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.”

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação às características básicas das organizações modernas, julgue os itens a seguir.

- 51 O desenho organizacional é o processo por meio do qual os gestores selecionam e gerenciam aspectos da estrutura e da cultura organizacionais, que, por sua vez, são importantes para aumentar a eficiência da organização. **JUSTIFICATIVA – Desenho organizacional é o processo pelo qual os gerentes selecionam e gerenciam várias dimensões e componentes da cultura e estrutura organizacional para que uma organização possa controlar as atividades necessárias para atingir objetivos, maximizando sua eficiência.**
- 52 O principal propósito da estrutura organizacional consiste em alocar esforços para a execução de tarefas. **JUSTIFICATIVA – Estrutura organizacional é o sistema formal de tarefas e relações de autoridade que controla como as pessoas coordenam suas ações e usam recursos para alcançar objetivos organizacionais. O propósito principal da estrutura organizacional é o controle, ou seja, estabelecer uma relação de atribuições e autoridade para controlar a maneira como as pessoas coordenam suas ações para alcançarem objetivos.**

No que concerne à organização administrativa, julgue os itens seguintes.

- 53 Considere que determinado município tenha extinguido órgão de sua estrutura administrativa e que o serviço público correspondente tenha sido delegado a pessoa jurídica de direito privado. Nessa situação, ocorreu descentralização da atividade administrativa, com ruptura do liame hierárquico e exclusão da relação de subordinação com o município. **JUSTIFICATIVA – Ocorre descentralização administrativa quando a distribuição de competências for feita para entes da administração pública indireta ou para particulares, ficando o Estado apenas com o controle e a fiscalização da atividade transferida. Confira-se a doutrina majoritária.**
- 54 Dado o poder hierárquico do Estado, na ocorrência do fenômeno de desconcentração administrativa, os órgãos e agentes públicos decorrentes da subdivisão não perdem o vínculo hierárquico com a pessoa jurídica de origem. **JUSTIFICATIVA – A desconcentração administrativa consiste em um dos mecanismos de que a administração pública se utiliza para se organizar por distribuição interna de competências entre os vários órgãos de uma mesma pessoa jurídica. Confira-se a doutrina majoritária.**

A respeito de processos licitatórios, julgue os seguintes itens.

- 55 Considere que a empresa X, vencedora de licitação para prestar serviços de segurança nos terminais de ônibus urbanos de determinado município, tenha falido e deixado de cumprir suas obrigações para com o poder público e que a administração tenha contratado, emergencialmente, a empresa Y para executar os serviços no prazo de cento e oitenta dias. Nessa situação, se novo processo de licitação não for concluído dentro do referido prazo, a administração pública pode, de acordo com a legislação, efetuar a prorrogação do contrato emergencial com a empresa Y por mais noventa dias. **JUSTIFICATIVA – A Lei de Licitações veda a prorrogação de contratos emergenciais.**
- 56 Não há previsão legal para o estabelecimento, nos processos licitatórios, de margem de preferência para bens e serviços com tecnologia desenvolvida no Brasil. **JUSTIFICATIVA – A margem de preferência foi instituída no Brasil pela Lei n.º 12.349/2010.**
- 57 A transferência, mediante ato administrativo, da execução de determinado serviço público a uma autarquia configura descentralização administrativa por outorga. **JUSTIFICATIVA – A descentralização administrativa por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público, normalmente por prazo indeterminado. Ocorre relativamente com as entidades da administração indireta, quando o Estado descentraliza a prestação dos serviços, outorgando-os a outras entidades. Nesse caso, o serviço é transferido para uma autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista. Delegação: quando o Estado transfere, por contrato ou ato unilateral, unicamente a execução do serviço, para que o ente delegado o realize ao público em seu próprio nome e por sua conta e risco, sob fiscalização do Estado, efetivada normalmente por prazo determinado, como nos contratos de concessão ou nos atos de permissão. Em suma, a transferência da execução do serviço público pode ser feita por OUTORGA ou por DELEGAÇÃO. Entretanto, há diferenças relevantes entre os institutos. A outorga só pode ser realizada por lei, enquanto a delegação pode ser por lei, por contrato ou por ato administrativo.**
- 58 Dadas as alterações feitas, nos últimos anos, no marco regulatório das licitações públicas, aos requisitos do melhor preço e da maior vantagem para a administração pública somaram-se, também, critérios de sustentabilidade ambiental. **JUSTIFICATIVA – A Lei n.º 12.349/2010 modificou radicalmente o quadro jurídico e operacional das licitações públicas no Brasil, obrigando todos os entes da Federação a promoverem licitações públicas sustentáveis.**
- 59 Considere que determinada pessoa jurídica de direito privado que administra um porto brasileiro pretenda contratar o único escritório de advocacia especializado em direito portuário no Brasil para promover ações judiciais acerca dessa matéria. Nessa situação, é dispensável a licitação. **JUSTIFICATIVA – Trata-se de caso de inexigibilidade de licitação, pois a contratação se dirige a serviço técnico de natureza singular (direito portuário) com empresa ou profissionais de notória especialização (único escritório de advocacia que lida com o tema). Confira-se a doutrina majoritária.**



Acerca da gestão de processos e de contratos, julgue os itens subsequentes.

- 60 A rescisão unilateral do contrato poderá ocorrer tanto por inadimplência do contratado quanto por interesse público, exigindo-se, em ambos os casos, da administração justa motivação para a rescisão. **JUSTIFICATIVA – A rescisão unilateral do contrato pode ocorrer tanto por inadimplência do contratado quanto por interesse público. Em qualquer um dos casos, exige-se da administração a justa motivação da situação que irá resultar na rescisão do contrato.**
- 61 A estrutura organizacional orientada pelo modelo de gestão por processo favorece a obtenção de maior eficácia organizacional na entrega de produtos e na prestação de serviços aos clientes. **JUSTIFICATIVA – As empresas estão procurando organizar-se por processos para maior eficiência na obtenção do seu produto ou serviço, melhor adaptação à mudança, melhor integração de seus esforços e maior capacidade de aprendizado.**
- 62 A tomada de decisão para a realização de obra a ser licitada em uma organização pública é inicialmente embasada na identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos necessários ao empreendimento. Após essa identificação, o próximo passo será a realização de estudos técnicos definitivos. **JUSTIFICATIVA – Conforme a Lei n.º 8.666/1993, os estudos técnicos são preliminares às decisões relacionadas a quaisquer contratos públicos.**
- 63 Organizações públicas da administração federal direta apresentam cadeias de comando do tipo matricial, isto é, há intercâmbio de poder decisório acerca de pessoas e de recursos em duas ou mais unidades administrativas situadas em níveis hierárquicos diferentes. **JUSTIFICATIVA – As organizações da administração pública federal direta são do tipo funcional vertical, pois a cadeia de comando é centralizada no topo das estruturas organizacionais. Confira-se a doutrina majoritária.**
- 64 Cabe privativamente à União legislar acerca de normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos estados, do DF e dos municípios. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o art. 22 da Lei n.º 8.666/1993, compete privativamente à União legislar sobre: “XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, da CF, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1.º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19/1998).”**
- 65 Como o contrato administrativo é um contrato de adesão, todo o seu conteúdo será definido unilateralmente pela própria administração. **JUSTIFICATIVA – Sendo o contrato administrativo um contrato de adesão, todo o seu conteúdo — EXCETO, é evidente, o preço, que somente será definido quando for escolhida a melhor proposta ao final da licitação — será definido unilateralmente pela própria administração. Assim, o conteúdo do contrato deve estar pronto e ser divulgado juntamente com o edital ou a carta convite.**

No que se refere ao funcionamento e às normas que regem a elaboração do orçamento público, julgue os próximos itens.

- 66 A Secretaria do Tesouro Nacional pode determinar, mediante portaria, a desconsideração das operações de crédito vinculadas ao saldo dos créditos adicionais, para a apuração do superávit financeiro. **JUSTIFICATIVA – O art. 43 da Lei n.º 4.320/1964 determina que o superávit financeiro é a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, considerando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e, também, as operações de crédito a eles vinculadas. Portanto, não só a proposta violaria a referida lei, como tal procedimento jamais poderia ser implementado por meio de portaria.**
- 67 Considere que a prefeitura de determinado município brasileiro tenha planejado, para 2014, uma sequência de operações para originarem receitas classificadas, segundo a lei, como receita de capital. Nessa situação, essas receitas deverão ser consideradas na apuração da receita orçamentária do município. **JUSTIFICATIVA – As receitas de capital são parte integrante das receitas orçamentárias (MTO, MPOG, 2013).**
- 68 O orçamento público constitui norma legal a ser aplicada integralmente e contém a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas pelo governo em determinado exercício financeiro, sendo objeto de estudo tanto do direito financeiro quanto do direito tributário. **JUSTIFICATIVA – O direito financeiro tem por objeto a disciplina jurídica de toda atividade financeira do Estado e abrange receitas, despesas e créditos públicos. O direito tributário, por sua vez, tem por objeto específico a disciplina jurídica de uma das origens da receita pública: o tributo.**  
**Fonte: Brasil. MP. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento. MTO. Edição 2014. Brasília, 2013, p. 15.**
- 69 O plano plurianual — instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal — estabelece objetivos e metas para despesas de capital, incluindo-se despesas correntes necessárias a investimentos a serem realizados durante mais de um exercício financeiro. **JUSTIFICATIVA – O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.**  
**Fonte: Brasil. MP. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento. MTO. Edição 2014. Brasília, 2013, p. 74.**
- 70 De acordo com o princípio da unidade, ou da totalidade orçamentária, todos os entes federados devem reunir seus diferentes orçamentos em uma única lei orçamentária, que consolidará todas as receitas e despesas públicas do Estado. **JUSTIFICATIVA – O princípio, previsto no art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964, tem como objetivo evitar a existência de múltiplos orçamentos no mesmo ente federado, uma vez que, devido às características de uma República Federativa, os entes têm orçamentos independentes entre si.**

Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

- 71 No Brasil, a LOA é, de fato, composta por três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas estatais. **JUSTIFICATIVA – A CF determina a elaboração desses três orçamentos, unificados em uma única lei orçamentária anual.**
- 72 Considere que uma universidade pública seja proprietária de uma fazenda de criação de gado e realize a venda de animais para abate, auferindo, na operação, receita tipicamente classificada como de atividade agropecuária. Nessa situação, tal receita, do ponto de vista orçamentário, deverá ser classificada como receita corrente. **JUSTIFICATIVA – O Art. 11 da Lei n.º 4.320/1964 determina que a receita de atividade agropecuária deve ser classificada como receita corrente.**
- 73 Considere que, na fronteira entre Brasil e Bolívia, incidentes envolvendo membros das forças de segurança brasileira e traficantes tenham demandado operações extras da Polícia Federal na região e que, apesar de o orçamento prever recursos para essas operações, eles não sejam suficientes para financiá-las. Nessa situação, os recursos adicionais necessários devem ser providos por meio da abertura de créditos extraordinários. **JUSTIFICATIVA – O art. 167 da CF determina que créditos extraordinários só poderão ser abertos para despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerras, comoção e calamidade. Na situação referida, as operações em questão são consideradas de rotina para a Polícia Federal, havendo apenas necessidade de complementação orçamentária de despesa previsível, visto que anteriormente orçada.**
- 74 Se uma operação emergencial demandar o deslocamento de agentes da Polícia Federal para uma região de fronteira internacional, o financiamento dessa viagem deverá ser feito por meio de suprimento de fundos e o pagamento deverá ocorrer antes da liquidação. **JUSTIFICATIVA – Mesmo no suprimento de fundos, a despesa deve seguir todas as suas etapas de forma inflexível: empenho, liquidação e pagamento.**
- 75 Na CF, é prevista, para áreas específicas, a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, que, por sua importância, seguem uma dinâmica própria, independentemente de adequação ao PPA. **JUSTIFICATIVA – O art. 165 da CF determina que todos os planos previstos no texto constitucional sejam elaborados em consonância com o PPA.**
- 76 A LDO orienta a elaboração da LOA e auxilia na coerência entre o PPA e a LOA. **JUSTIFICATIVA – A CF na seção relacionada ao orçamento, determina que a LDO seja elaborada em consonância com o PPA, tendo como função orientar a elaboração da LOA.**

Sabendo que a organização dos programas governamentais por meio de instrumentos orçamentários tem a dupla função de controlar politicamente o poder e garantir uma administração eficiente e eficaz, julgue os itens subsequentes.

- 77 No Brasil, o ciclo orçamentário é definido como processo contínuo, dinâmico e flexível, em que são avaliados os aspectos físicos e financeiros dos programas do setor público. **JUSTIFICATIVA – O MTO/2013 define o ciclo orçamentário como um processo contínuo, dinâmico e flexível em que se avaliam os programas do setor público. Tal ciclo se dá desde a concepção do orçamento até o final de seu período de vigência.**
- 78 Dada a importância da integração entre planejamento e orçamento para o bom funcionamento da administração pública, é previsto na CF um ciclo de planejamento e execução do plano orçamentário integralmente constituído pelo PPA e pela LDO. **JUSTIFICATIVA – O ciclo previsto na CF inclui PPA, LDO e LOA, que formam o tripé de planejamento e execução do plano orçamentário.**
- 79 Recursos provenientes de caução não devem ser considerados receita orçamentária, pois representam apenas movimentação de fundos. **JUSTIFICATIVA – Segundo o ementário da Classificação de Receitas Orçamentárias MP/SOF de 2004, a doutrina em finanças públicas prediz que o produto de ingressos provenientes de caução, fiança, empréstimo e alienação de bens não deve ser considerado receita pública, uma vez que constitui apenas movimentação de fundos, e não deve integrar o patrimônio líquido.**

Em relação a créditos adicionais, receita, despesa pública, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens seguintes.

- 80 A classificação da receita quanto à natureza visa identificar a origem do recurso que ingressa nos cofres públicos segundo o fato gerador, servindo para análise do impacto dos investimentos governamentais na economia. **JUSTIFICATIVA – A classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. A classificação por natureza é a de nível mais analítico da receita; por isso, auxilia na elaboração de análises econômico-financeiras sobre a atuação estatal. No que se refere à categoria econômica, nos parágrafos 1.º e 2.º do art. 11 da Lei n.º 4.320/1964, as receitas orçamentárias são classificadas em receitas correntes (código 1) e receitas de capital.**  
**Fonte: Brasil. MP. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento. MTO. Edição 2014. Brasília, 2013, p. 18-19.**
- 81 É possível que determinada despesa de pessoal relativa ao exercício de 2012, cujo pagamento tenha sido exigido por um servidor em 2013, exercício no qual tenha sido empenhada, seja considerada restos a pagar de 2012 e despesa orçamentária de 2013. **JUSTIFICATIVA – A despesa refere-se ao exercício de 2012 e foi exigida pelo servidor em 2013. Nessa situação, ela pertencerá à despesa de 2012, mas será empenhada em 2013, na rubrica “despesas de exercícios anteriores”, não se constituindo, portanto, de restos a pagar de 2012, posto que não foi empenhada em 2012, nem inscrita em restos a pagar.**

- 82 Na execução do orçamento, as dotações inicialmente aprovadas na LOA podem revelar-se insuficientes para a realização dos programas de trabalho, caso em que poderá haver a abertura de créditos especiais destinados à conclusão dos programas, após autorização legislativa. **JUSTIFICATIVA** – Créditos Especiais: destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei. Note-se que sua abertura depende da existência de recursos disponíveis. Os créditos especiais não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente. No caso, não pode haver abertura de crédito especial para despesa já prevista na lei orçamentária anual, o crédito com essa finalidade é o suplementar.  
Fonte: Brasil. MP. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento**. MTO. Edição 2014. Brasília, 2013, p. 93.

Acerca da gestão de pessoas nas organizações, julgue os itens a seguir.

- 83 Os bons desempenhos individuais estão diretamente relacionados às habilidades desenvolvidas na realização das tarefas, e não à motivação para o trabalho. **JUSTIFICATIVA** – Bons desempenhos são diretamente relacionados às habilidades e à motivação para o trabalho, pois são os elementos de sustentação de comportamentos produtores, conforme literatura consagrada na área.
- 84 O líder que busca criar uma cultura favorável ao sucesso da organização e encontrar caminhos para a realização de metas demonstra comportamento orientado para a macroliderança e a visão de futuro. **JUSTIFICATIVA** – A macroliderança e a visão de futuro são comportamentos relacionados aos aspectos mais amplos da organização e da liderança, conforme literatura consagrada na área.
- 85 Os profissionais de gestão de pessoas devem ser capazes de gerenciar processos de mudanças e atuar em conjunto com as demais áreas da organização, atitudes que favorecem constantes inovações e soluções de problemas. **JUSTIFICATIVA** – No item, é descrito corretamente o papel da gestão de pessoas como agente de mudança nas organizações, função que é desempenhada com o intuito de desenvolver capacidades de inovar e solucionar problemas.
- 86 Na gestão por competências, a implementação de estratégias depende essencialmente de aspectos relativos ao ambiente político, tecnológico, econômico e social em que a organização se insere. **JUSTIFICATIVA** – O modelo de gestão de pessoas por competências estipula que a efetivação das estratégias organizacionais depende dos recursos que esta possui (por ex., pessoas), e não do comportamento de variáveis ambientais externas à organização. Ainda que esse ambiente externo seja objeto de análise durante a etapa de formulação das estratégias organizacionais, reconhece-se que a implantação de tais estratégias é dependente da disponibilidade e da qualidade dos seus recursos humanos.

- 87 Compete à unidade de gestão de pessoas regular as relações de trabalho entre grupos com níveis distintos de poder dentro e fora da organização. **JUSTIFICATIVA** – Conforme referência na área, a perspectiva crítico-avaliativa estabelece que a função de uma área de gestão de pessoas é equilibrar relações desniveladas de trabalho entre atores e grupos diversos de interesse.
- 88 A formulação e a aplicação de critérios objetivos para a auditoria permanente dos procedimentos organizacionais relacionados aos recursos humanos compõem a política de desenvolvimento de pessoas. **JUSTIFICATIVA** – O item trata de uma política de monitoramento de pessoas ou de gestão de pessoas, mediante a qual são desenvolvidas ações de treinamento e capacitação.

Com relação a comportamento organizacional, julgue os itens a seguir.

- 89 A maioria dos métodos de avaliação de desempenho fornece informações a respeito do contexto de trabalho, além de medir o comportamento e a produtividade individual. **JUSTIFICATIVA** – Conforme referência na área, a grande maioria dos métodos de avaliação de desempenho gera informações apenas sobre o comportamento e a produtividade dos profissionais de uma organização.
- 90 Demandas de aprendizagem equivalem a necessidades de desempenho resultantes de lacunas relacionadas às capacidades dos profissionais da organização. **JUSTIFICATIVA** – Conforme referência na área, necessidades de desempenho e de aprendizagem são equivalentes apenas quando essas últimas decorrem de lacunas nas capacidades; não são equivalentes, por outro lado, quando resultantes de contextos inadequados e reduzida motivação para o trabalho.

A respeito da administração de materiais, julgue os itens que se seguem.

- 91 Um produto perecível deve ser classificado como material não estocável. **JUSTIFICATIVA** – Quase todos os produtos perecíveis são estocados, ainda que como estoque de transbordo. Os produtos não estocáveis são aqueles cujo consumo é imprevisível e de difícil criação de parâmetro de ressuprimento automático.
- 92 Classificam-se como materiais perigosos o muito venenoso, o espontaneamente inflamável, o aerodispersoide pesado, o tóxico e o corrosivo, devendo-se definir, a partir de suas peculiaridades, as instruções para o almoxarife, os cuidados durante a movimentação e o sistema de transporte apropriado. **JUSTIFICATIVA** – Aerodispersoide pesado não consiste em material perigoso arrolado na literatura de referência. Além disso, o termo usado é “aerodispersoide” e não “aerodispersoide pesado”.
- 93 Ordenados os materiais, que devem ser agrupados conforme a semelhança, segue-se a sua codificação, comumente realizada por meio dos sistemas alfabético, alfanumérico ou decimal. **JUSTIFICATIVA** – Classificar material, em outras palavras, significa ordená-lo segundo critérios adotados, agrupando-o de acordo com a semelhança, sem causar confusão ou dispersão no espaço e alteração na qualidade. Em função de uma boa classificação do material, pode-se partir para sua codificação, ou seja, representar todas as informações necessárias, suficientes e desejadas por meio de números e/ou letras. Os sistemas de codificação mais comumente usados são o alfabético, o alfanumérico e o numérico (também chamado decimal).

- 94 Os objetivos da classificação de materiais são a catalogação, a simplificação, a especificação, a normalização, a padronização e a codificação de todos os materiais componentes do estoque da organização. **JUSTIFICATIVA** – O objetivo da classificação de materiais é catalogar, simplificar, especificar, normalizar, padronizar e codificar todos os materiais componentes do estoque da empresa. A necessidade de um sistema de classificação é primordial para qualquer departamento de materiais, pois sua ausência impede o controle eficiente dos estoques, a criação de procedimentos de armazenagem adequados e a correta operacionalização do almoxarifado.
- 95 Por meio do JIT (*just in time*) garante-se a eliminação dos estoques em todo o canal de suprimentos pela mera transferência aos fornecedores dos encargos da manutenção dos estoques. **JUSTIFICATIVA** – Em relação à redução de inventários, devemos observar que o JIT procura a eliminação de estoques em todo o canal de suprimentos, e não simplesmente sua transferência aos fornecedores dos encargos da manutenção dos estoques. As aplicações bem-sucedidas do JIT mostram significativas reduções de inventário, tanto no fornecedor quanto no fabricante.
- 96 Os órgãos da administração direta ou indireta devem dar publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas mediante licitação, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, dispensando-se a publicação das compras feitas com dispensa de licitação. **JUSTIFICATIVA** – Na redação dada pela Lei n.º 8.883/1994, logo após “e o valor total da operação” seguem as seguintes palavras: “podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação”.

Julgue os itens subsequentes, relativos à gestão de inventários.

- 97 A classificação de equipamentos de movimentação e transporte abrange os dispositivos de carga, de descarga e de manuseio, que, mesmo não sendo máquinas, servem de apoio a vários sistemas modernos. **JUSTIFICATIVA** – A classificação normalmente adotada para os equipamentos de movimentação e transporte situa-os em grupos bastante amplos, de acordo com uma generalização geométrica e funcional. Nessa classificação, são incluídos também os dispositivos de carga, descarga e manuseio que, não sendo máquinas, constituem o meio de apoio à maioria dos sistemas modernos.
- 98 Por meio da curva ABC, evidencia-se a relação entre volume de faturamento e quantidade de produtos rentáveis, o que permite explicar a contribuição de um conjunto de produtos para o lucro da empresa, como, por exemplo, a razão de 80% do lucro de uma companhia serem gerados por somente 20% de seus produtos comercializados. **JUSTIFICATIVA** – Existe uma relação entre o volume de faturamento e o número de produtos rentáveis, ou seja, muitas das vezes, 80% do lucro de uma companhia é gerado por somente 20% dos produtos comercializados. Não necessariamente a relação é 80/20, mas pode ser 70/30 ou 90/10. Trata-se da curva ABC, vista em controle de estoque, a qual pode ser também aplicada em mercado para explicar a contribuição de um conjunto de produtos no lucro de uma empresa.

Acerca dos conceitos fundamentais de arquivologia, julgue os seguintes itens.

- 99 Os documentos de arquivo são colecionados com finalidades culturais e sociais. **JUSTIFICATIVA** – Os documentos de arquivo não são colecionados, são acumulados naturalmente por uma razão funcional.
- 100 Um conjunto de documentos em suporte papel produzidos e(ou) recebidos por determinado órgão, durante o desenvolvimento de suas atividades específicas ou atividades de suporte, consiste em um arquivo. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com a Lei n.º 8.159/1991, arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente do suporte, são produzidos e(ou) recebidos no desenvolvimento das atividades de uma pessoa física ou jurídica.
- 101 Os documentos frequentemente utilizados devem compor o arquivo intermediário. **JUSTIFICATIVA** – Os documentos com grande frequência ou possibilidade de uso fazem parte do arquivo corrente.
- 102 A fase arquivística em que esteja o documento é indicada pela tabela de temporalidade. **JUSTIFICATIVA** – A tabela de temporalidade indica a fase arquivística em que o documento deve estar.
- 103 A função de prova do documento de arquivo evidencia-se não só pelo fato de o documento poder ser levado a juízo para comprovar determinada informação, mas, também, pela capacidade desse material de testemunhar as atividades que lhe deram origem. **JUSTIFICATIVA** – A função de prova não se restringe ao aspecto legal, estende-se à capacidade de testemunhar uma atividade.

No que se refere ao gerenciamento da informação e à gestão de documentos, julgue os itens subsecutivos.

- 104 A transferência dos documentos dos arquivos correntes para os arquivos intermediários justifica-se pela diminuição do valor primário dos documentos. **JUSTIFICATIVA** – É a diminuição do valor primário dos documentos que justifica sua transferência para os arquivos intermediários.
- 105 A primeira ação a ser tomada pelo setor de protocolo, ao receber um documento, é distribuí-lo. **JUSTIFICATIVA** – A primeira ação ao se receber um documento no setor de protocolo é registrá-lo.
- 106 Os documentos do arquivo permanente têm valor probatório e(ou) informativo. **JUSTIFICATIVA** – Os documentos têm valor secundário, que significa valor probatório e/ou informativo.
- 107 O ponto de partida de toda ação arquivística em uma organização, inclusive para a elaboração dos instrumentos de gestão arquivística, é o diagnóstico da situação dos arquivos. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com a literatura, o ponto de partida de todas as funções arquivísticas é o diagnóstico da situação arquivística.

Considerando as tipologias documentais e a preservação de documentos, julgue os próximos itens.

- 108** O documento microfilmado tem valor de prova legal, de acordo com a legislação brasileira. **JUSTIFICATIVA – A legislação brasileira aceita o microfilme como prova legal e autêntica.**
- 109** Produzir documentos de arquivo em papel cujo pH seja neutro é uma forma de preservá-los. **JUSTIFICATIVA – O PH neutro do papel significa baixa acidez, o que é, portanto, adequado para a preservação.**
- 110** O ofício, o memorando e o processo são exemplos de tipos documentais. **JUSTIFICATIVA – Ofício, memorando e processo são exemplos de espécies documentais.**

Julgue o item abaixo, com base nos dispositivos da Lei n.º 7.102/1983.

- 111** Os estabelecimentos financeiros estão autorizados a organizar e a executar seus próprios serviços de vigilância ostensiva e transporte de valores, desde que os sistemas de segurança empregados em tais atividades sejam auditados, anualmente, por empresas especializadas. **JUSTIFICATIVA – Conforme Lei n.º 7.102/1983: “Art. 3.º A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados: (Redação dada pela Lei n.º 9.017/1995)**  
**I – por empresa especializada contratada; ou (Redação dada pela Lei n.º 9.017/1995)**  
**II – pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim, com pessoal próprio, aprovado em curso de formação de vigilante autorizado pelo Ministério da Justiça e cujo sistema de segurança tenha parecer favorável à sua aprovação emitido pelo Ministério da Justiça. (Redação dada pela Lei n.º 9.017/1995)**  
**Parágrafo único. Nos estabelecimentos financeiros estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo da respectiva Unidade da Federação.”**

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, com base nos dispositivos da Lei n.º 10.357/2001, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que, direta ou indiretamente, possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica.

- 112** Uma empresa comercializa determinado produto químico que pode ser utilizado como insumo na elaboração de substância que causa dependência química. Nessa situação, as atividades dessa empresa devem ser fiscalizadas pelo DPF, juntamente com o Exército Brasileiro. **JUSTIFICATIVA – Conforme Lei n.º 10.357/2001: “Art. 1.º Estão sujeitos a controle e fiscalização, na forma prevista nesta Lei, em sua fabricação, produção, armazenamento, transformação, embalagem, compra, venda, comercialização, aquisição, posse, doação, empréstimo, permuta, remessa, transporte, distribuição, importação, exportação, reexportação, cessão, reaproveitamento, reciclagem, transferência e utilização, todos os produtos químicos que possam ser utilizados como insumo na elaboração de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica.**  
**(...)**  
**Art. 3.º Compete ao Departamento de Polícia Federal o controle e a fiscalização dos produtos químicos a que se refere o art. 1.º desta Lei e a aplicação das sanções administrativas decorrentes.”**

- 113** O gerente de uma empresa de reciclagem de produtos químicos controlados tomou conhecimento de que um dos empregados da empresa desviava parte desses produtos, a fim de produzir, ilicitamente, entorpecentes. Nessa situação, caso não informe esse fato às autoridades competentes, o gerente incorrerá em infração administrativa e penal. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 10.357/2001: “Art. 1.º Estão sujeitos a controle e fiscalização, na forma prevista nesta Lei, em sua fabricação, produção, armazenamento, transformação, embalagem, compra, venda, comercialização, aquisição, posse, doação, empréstimo, permuta, remessa, transporte, distribuição, importação, exportação, reexportação, cessão, reaproveitamento, reciclagem, transferência e utilização, todos os produtos químicos que possam ser utilizados como insumo na elaboração de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica.**

(...)

Art. 12. Constitui infração administrativa:

(...)

VII – deixar de informar qualquer suspeita de desvio de produto químico controlado, para fins ilícitos;

(...)

Art. 14. O descumprimento das normas estabelecidas nesta Lei, independentemente de responsabilidade penal, sujeitará os infratores às seguintes medidas administrativas, aplicadas cumulativa ou isoladamente:

I – advertência formal;

II – apreensão do produto químico encontrado em situação irregular;

III – suspensão ou cancelamento de licença de funcionamento;

IV – revogação da autorização especial; e

V – multa de R\$ 2.128,20 (dois mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavos) a R\$ 1.064.100,00 (um milhão, sessenta e quatro mil e cem reais).”

Julgue os itens que se seguem, relativos à situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

- 114** Considere que Alina seja natural de determinado país que não exige visto para que brasileiros o visitem em caráter recreativo. Nessa situação, se Alina pretender viajar a lazer para o Brasil, a exigência do visto de turista poderá ser-lhe dispensada. **JUSTIFICATIVA – Conforme Lei n.º 6.815/1980: “Art. 9.º O visto de turista poderá ser concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita, assim considerado aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de exercício de atividade remunerada.**  
**Art. 10. Poderá ser dispensada a exigência de visto, prevista no artigo anterior, ao turista nacional de país que dispense ao brasileiro idêntico tratamento.”**
- 115** A propriedade de bem imóvel no Brasil não confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza nem autorização de permanência no território nacional. **JUSTIFICATIVA – Conforme Lei n.º 6.815/1980: “Art. 6.º A posse ou a propriedade de bens no Brasil não confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza, ou autorização de permanência no território nacional.”**
- 116** Conforme a legislação brasileira, deportação consiste na saída compulsória de estrangeiro do território nacional, não sendo necessário, para a caracterização da deportação, que o deportado seja reconduzido ao país de que seja nacional. **JUSTIFICATIVA – Conforme Lei n.º 6.815/1980: “Art. 57. Nos casos de entrada ou estada irregular de estrangeiro, se este não se retirar voluntariamente do território nacional no prazo fixado em Regulamento, será promovida sua deportação.**  
**(...)**  
**Art. 58. A deportação consistirá na saída compulsória do estrangeiro. (Renumerado pela Lei n.º 6.964, de 09/12/81)**  
**Parágrafo único. A deportação far-se-á para o país da nacionalidade ou de procedência do estrangeiro, ou para outro que consinta em recebê-lo.”**

No que diz respeito ao Estatuto do Desarmamento, julgue os seguintes itens.

- 117** Para obter porte de arma de fogo de uso permitido, agente da Polícia Federal deve apresentar, entre outros documentos, comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo. **JUSTIFICATIVA – Conforme Lei n.º 10.826/2003: “Art. 4.º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:**  
**I – comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; (Redação dada pela Lei n.º 11.706, de 2008)**  
**II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;**  
**III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.**  
 (...) **Art. 6.º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:**  
**I – os integrantes das Forças Armadas;**  
**II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal;**  
 (...) **§ 4.º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.”**
- 118** Considere que, em uma briga de trânsito, Joaquim tenha sacado uma arma de fogo e efetuado vários disparos contra Gilmar, com a intenção de matá-lo, e que nenhum dos tiros tenha atingido o alvo. Nessa situação, Joaquim responderá tão somente pela prática do crime de disparo de arma de fogo. **JUSTIFICATIVA – Conforme Lei n.º 10.826/2003: “Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:**  
**Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”**
- 119** Considere que Armando, dentista, tenha comprado um revólver calibre .38 e que, semanas depois, sua amiga Júlia, empresária do ramo têxtil, tenha-lhe revelado interesse em adquirir a arma. Nessa situação, o revólver só poderá ser vendido mediante autorização do Sistema Nacional de Armas. **JUSTIFICATIVA – Conforme Lei n.º 10.826/2003: “Art. 4.º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:**  
 (...) **§ 5.º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.”**

A respeito da investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, julgue o item abaixo.

- 120** Suponha que um delegado da Polícia Federal, ao tomar conhecimento de um ilícito penal federal, instaure inquérito policial para a apuração do fato e da autoria do ilícito e que, no curso do procedimento, o seu superior hierárquico, alegando motivo de interesse público, redistribua o inquérito a outro delegado. Nessa situação, o ato do superior hierárquico está em desacordo com a legislação, que veda expressamente a redistribuição de inquéritos policiais em curso. **JUSTIFICATIVA – Conforme Lei n.º 12.830/2013: “Art. 2.º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.**  
 (...) **§ 4.º O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.”**